



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de setembro de 2023

No dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 – Expediente para conhecimento.

1.2 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 29 de junho, do ano 2023;

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.3. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2023. / Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – Para Conhecimento;



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'f' and 'u' followed by a horizontal line.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.4. Definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2024 – Aprovação;

2.5. Definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2024 – Aprovação;

2.6. Definição da Participação Variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) - Taxa a Fixar para cobrar no exercício económico de 2024 – Aprovação;

2.7. Definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Aplicação Percentual para o ano de 2024 – Aprovação;

2.8. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre – Aprovação;

2.9. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo de Salto – Aprovação;

2.10. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes – Aprovação;

2.11. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis – Aprovação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.12. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 2º grau, para Chefe da Divisão Obras Municipais – Unidade Flexível de 2.º grau – Aprovação;

2.13. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 2º grau, para Chefe da Divisão de Turismo, Ecomuseu e Desporto – Unidade Flexível de 2.º grau – Aprovação;

2.14. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Desenvolvimento Estratégico – Aprovação;

2.15. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Saúde – Aprovação;

2.16. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Inclusão e Ação Social – Aprovação;

2.17. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Contratação Pública – Aprovação;

2.18. Aquisição por Usucapião do Prédio Urbano 1835 da União de Freguesias de Montalegre e Padroso, correspondente ao campo de treinos no Rolo – Aprovação;

2.19. Aquisição por Usucapião do Prédio Urbano 1721 da Freguesia da Chã, correspondente ao Parque de Lazer em Penedones – Aprovação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.20. Aquisição por Usucapião do Prédio Urbano 830 da Freguesia de Sarraquinhos, correspondente à antiga Escola Primária de Pedrário – Aprovação;

2.21. Aquisição por Usucapião do Prédio Urbano 561 da Freguesia de Solveira, correspondente à antiga Escola Primária de Solveira – Aprovação;

2.22. Ratificação do Protocolo e aprovação do representante do município na "Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar - RIVD"– Para conhecimento.

3 – Intervenção do Público.

Efetuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e quatro membros à exceção dos deputados Ana Maria Martins, Ricardo Branco, Francisca Martins, Nuno Pereira, Fátima Crespo, Márcio Azevedo, Rui Gonçalves e João Paulo Anjo.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Márcio Azevedo, Hugo Araújo, José João Moura, Ana Maria Martins, José Manuel Carvalho, João Carlos Rodrigues e Fátima Crespo.

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores, Jorge Fidalgo, Manuel António Fernandes, José Moura Rodrigues, Sandra Sousa e Fernando Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1.1 – Expediente para conhecimento;

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.2 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Fernandes, José João Carvalho Moura, Acácio Gonçalves, Manuel Carrelo, João Soares, João Araújo, Lúcia Jorge, José Carvalho, António Ferreira, Sandra Gonçalves, Mário Mendes, Catarina Gonçalves, João Carlos Rodrigues e Hernâni Carvalho.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Membros da Mesa, Exma. Senhora Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e membros desta Assembleia: mais um ano a Câmara Municipal de Montalegre promoveu a atividade “Mexe-te nas férias” para as crianças do concelho divididos em dois grupos de faixas etárias diferentes, durante o período compreendido entre 10 de julho e 31 de agosto para crianças dos 3 aos 6 e dos 7 aos 15 anos de idade, das 14h00 até às 17h30.

O programa decorreu no espaço do Centro Escolar de Montalegre, Escolas do 1º ciclo de Salto e Cabril, Ecomuseu de Barroso – Espaço Padre Fontes, Ecomuseu de Barroso – Casa do Capitão, Biblioteca Municipal e Pavilhão Multiusos.

Foram atividades diversas que tiveram como monitores pessoal das escolas, Ecomuseu, Biblioteca e do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Os alunos e os seus encarregados de educação aderiram e participaram nas diversas atividades que se realizaram, agrupadas à sua área de residência e em muitas, em conjunto, em visitas a locais atrativos para as crianças, como seja: visita à piscina de Santo André, passeio de barco na Albufeira em Penedones, visita ao Boticas Parque,



 6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Dia da Juventude com várias diversões em Montalegre, ao cinema de Chaves, Parque Aquático Magic Land em Penafiel, à praia de Esposende e outros.

A forte adesão das crianças prova a melhoria que se vai notando de ano para ano neste bom programa.

Os pais colaboram, bem como muitas das instituições do concelho como os Bombeiros, Instituições Sociais, Jogo do Pau, Águas do Norte, Resinorte, Grupos Desportivos, etc. Quando assim é, com a maioria das forças vivas do concelho a colaborar, o êxito tinha que ser visível. E foi!

Também queria aqui salientar o aumento da população no concelho com mais de 30 alunos. Isso é prova de que o nosso concelho começa a ser atrativo para muitas famílias cá viverem.

O bom acesso à internet, sobretudo à fibra ótica, traz muitos profissionais classificados para cá trabalhares.

E falo na zona do Baixo Barroso, com mais conhecimento meu, onde a disponibilidade habitacional está praticamente esgotada!

O transporte assegurado a todos os alunos, as refeições diárias e a melhoria das instalações escolares, bem visíveis, no Centro Escolar de Montalegre, Cabril e agora em Salto, com a construção de mais salas e pavimentação em relva sintética do espaço exterior, são motivos favoráveis a toda esta dinâmica educativa que está a decorrer.

Os autarcas locais da freguesia devem-se sentir satisfeitos pelos seus jovens estudantes verem melhoradas as suas condições escolares.

Os pais também podem estar felizes pois a Câmara com todo este esforço, está a dar aos seus filhos, os meios e as condições necessárias para serem grandes homens e grandes mulheres de amanhã com um futuro mais promissor!

O futuro está na juventude, bem-haja Senhora Presidente da Câmara, por este investimento nos nossos alunos. Nem podia ser de outro modo, pois a sua vocação foi sempre esta – Educação e Ensino! Tenho dito. Assinado, o deputado Municipal Alberto Fernandes.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Dirijo-me não só na qualidade de líder do grupo municipal do PSD de Montalegre mas também como um cidadão preocupado com o rumo que este concelho tomou nos últimos anos. A viabilização ambiental pela APA da exploração de lítio na mina do Romano, proposta pela Lusorecursos emitindo uma DIA favorável é um duro golpe para o território e principalmente para as pessoas deste concelho. Neste assunto delicado muitos cidadãos opuseram-se quando a apresentação do projeto foi publica e o PSD de Montalegre desde logo abraçou, e tornou publica e clara a sua postura relativamente à questão da exploração de lítio, como uma manifesta oposição às explorações de lítio e não só na região, pelos consequentes impactos ambientais e sociais. Desde então para cá que tentamos alertar o executivo municipal quer em reunião de câmara quer neste órgão deliberativo, que sendo a casa de todos os que têm voz, e o espelho da conquista do poder local democrático, para apresentar uma moção de protesto apartidária, espoliada de conteúdo político e que abordava questões de violação de leis ambientais nacionais e comunitárias, nomeadamente a necessidade de se efetuar uma análise ambiental estratégica para a região de Barroso como um todo e não de estudos mina a mina. Era uma moção de defesa da nossa região e dos interesses da população bem como uma oportunidade de unir esforços para uma causa comum. No entanto, os deputados do PS presentes nesta câmara votaram contra, apoiando assim a tomada de posição do Sr. Ex-presidente demissionário (conforme atesta a ata n.º 5 de 18 de dezembro de 2019). Ao contrario do partido Socialista, com a defesa obstinada da exploração do lítio como um desígnio nacional, e do executivo municipal ao dar pareceres favoráveis à prospeção e pesquisa, o PSD foi sempre coerente no que a esta matéria diz respeito, quando submeteu uma nova moção de protesto aquando da celebração do contrato de concessão para a exploração de volfrâmio e de outros minerais na Borralha com a empresa Minerália, com o mesmo propósito que foi novamente chumbada pela maioria socialista (conforme atesta a ata n.º 4 de 20 de dezembro de 2021). O PS com esta inercia, com este encolher de ombros, negligenciou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

assim esta importante temática e a Sra. Presidente quando alega que não sabe de nada denota uma irresponsabilidade grave e daí ter de haver responsabilidade política imputada ao PS. Durante este período o executivo municipal além dos pareceres favoráveis à exploração e prospeção, apoiou as empresas mineiras e hostilizou os opositores das minas que tudo tentaram fazer legalmente para evitar este flagelo para Barroso. Também não sabia que havia máquinas retro escavadoras a rasgar os baldios de Paredes e não sabia da apropriação de imóveis municipais por parte de uma empresa mineira. E para alguém que está há 17 anos com assento no executivo municipal com pelouro atribuído e que esteve presente em reuniões de câmara bem como nas assembleias municipais não saber de nada é incompreensível e inexplicável principalmente nesta área tão importante para o futuro do concelho. E quando uma semana antes da oficialização da luz verde para a mina do romano pela APA, a Sra. Presidente declarou um não inequívoco à mina de lítio, soa a um canto de cisne, um exercício do politicamente correto, agora que já é tarde demais. Uma atitude de eleitoralismo barato, aproveitando as suas palavras Sra. Presidente. E criticar quem se manifesta na rua é menosprezar a própria revolução de abril, quando o povo saiu à rua para protestar juntamente com um punhado de militares contra um regime autoritário e opressor. Segundo a Natália Correia, o que ficou do 25 de abril? Ficou uma grande disponibilidade para as pessoas se organizarem, e eu, bem como outros militantes do PSD, irei sempre manifestar-me, quando a terra que eu amo está prestes a ser destruída. As causas são intrínsecas e defendê-las como cidadão é uma obrigação. Os 5 presidentes de câmara do Alto Minho pensaram assim e conseguiram excluir a serra de Arga do concurso internacional de lítio. Não sabe nada da Mina do Romano mas votou favoravelmente para a exploração na brecha de Santa Helena Sra. Presidente. Dois pesos e duas medidas. Qualquer leigo sabe e não é preciso pedir estudos técnicos independentes a universidades que minas a céu aberto com áreas superiores a 800 HA mais uma refinaria é sinonimo de poluição. A libertação de toneladas de CO2 bem como a água que irá ser consumida vão descaracterizar totalmente a paisagem e a classificação do Barroso como Património Agrícola Mundial certamente "cairá", pois não nos podemos esquecer que à volta existe um conjunto de mais 7 pedidos para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

prospeção e pesquisa. O PS estendeu assim a passadeira cor de rosa à exploração mineira com a alteração do PDM no tempo do Sr. Prof. Fernando Rodrigues, atual presidente da assembleia municipal, ao acrescentar mais novas áreas mineiras até às duas então existentes: Carris e Borralha. E a Sra. presidente irá ficar para a história como a responsável pela destruição de um monte, pela morte de uma terra, pela ruína deste reino maravilhoso.

Está quase a fazer um ano que a Sra. presidente está a frente do executivo e é altura de fazer uma avaliação de desempenho. E deixe que lhe diga, ser presidente de câmara não é a mesma coisa que estar à frente de uma comissão de festas. Ser presidente de câmara é tomar medidas de modo a melhorar a qualidade de vida dos munícipes. E aqui Sra. presidente assistimos a uma total inação com o consequente atestar dos cofres municipais, quando há celeridade de resolução de situações há muito reclamadas pelo PSD. E elucidado novamente: falta de creches (desde 2017); crianças com aulas em contentores e parques escolares deficitários; falta de saneamento e por sua vez, aplicação de taxas exorbitantes para recolha do conteúdo das fossas sépticas; prazos de 5 anos para atribuição de licença de construção de edificações destinadas à atividade pecuária; o estado das estradas municipais; a falta de acessibilidades dignas à A24 e a requalificação/retificação da EN103; a elaboração de plano de ordenamento para todas as albufeiras do concelho; medidas apelativas para atração de investidores sempre baseado num crescimento sustentável. E medidas específicas para atrair jovens casais, pois hoje em dia uma família que vem viver para Montalegre merece ser recompensada. E tendo sido professora, saberá melhor do que eu, que toda a gente tende a copiar, e mais vale copiar do que não fazer nada. Basta olhar para o lado para ver um município como O que dá mais incentivos a nível nacional.

Não copia políticas de dinamização do concelho, mas copia o "modus operandi" dos seus antecessores ao organizar um jantar e convidar 300 emigrantes com o propósito de captação de investimento, cujos critérios de seleção só a Sra. presidente saberá. O que não deixa de ser irónico pois após tantas iniciativas do género, até agora os investimentos conseguidos foram conforme os sinónimos do sentido da palavra investimento sugerem: aproveitamento, benefícios, utilidades nas urnas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Observações finais: a perseguição aos vereadores eleitos democraticamente pelo PSD (5 processos em tribunais diferentes para perda de mandato e todos foram unânimes – razão para os vereadores do PSD). Os 7500 euros gastos em honorários com advogados mais os custos de tribunal davam para fazer um novo jantar e desta vez poderia convidar de uma forma transparente e justa, mais de 600 emigrantes ou migrantes Sra. presidente.

Sobre a sexta-feira 13 já aqui foi dito e mais uma vez este evento não devia excluir ninguém, designadamente as entidades sem fins lucrativos e afins do concelho, que devem participar e financiar-se desta forma, em vez de dependerem a 100% dos subsídios da câmara. E isto tudo para garantir a legalidade das atividades municipais e a justiça entre os munícipes, bem como para evitar a imparcialidade e a prepotência dos decisores, que recusaram mais uma vez um espaço de venda à Comissão de Festas de Ferral, em detrimento dos promotores que não têm sede/residência no concelho e com a concordância da Sra. Presidente.

Sobre o sorteio da taça de Portugal - GD de Vilar de Perdizes - FC Porto pergunto, e agora Sra. Presidente e Srs. deputados! Mais um exemplo de sobrançeria menosprezadora do PS face às propostas da oposição. O sorteio brindou o GD Vilar de Perdizes com um dos maiores clubes de Portugal e Europa, e contrariamente a um passado recente, não irão jogar em Montalegre e sim em Chaves. Ou será que agora a postura do executivo será outra e irá convidar o CDC Montalegre a ceder o estádio municipal de Montalegre ao Vilar de Perdizes para transparecer uma imagem de idoneidade lá para fora no que concerne ao apoio às coletividades desportistas? Todos sabemos que não é assim e se porventura o jogo não se realizar no concelho, todos perdem e a credibilidade do executivo municipal será sancionada com um cartão vermelho direto. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado Acácio Gonçalves denunciou a falta de informação que a Câmara Municipal de Montalegre presta pois só agora mesmo recebeu uma nota informativa sobre um pedido de esclarecimento que havia feito na última sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Perguntou à Senhora Presidente da Câmara o que se passa com os transportes escolares e públicos do concelho de Montalegre. Sabe-se a CIM Alto Tâmega e Barroso abriu concurso, ganha uma empresa espanhola que acaba por renunciar. São gastos milhares de euros e as populações não ficam servidas. Pediu esclarecimentos.

Informou que se realizou em Chaves um fórum sobre o herói municipal João Rodrigues Cabrilho com a ausência dos altos representantes do concelho de Montalegre. Há pouca municipalidade para com um herói nacional e internacional que nasceu no concelho de Montalegre. Foi ele que descobriu a Califórnia e nem se fala nele. Deve ser enaltecido e não se tirar o valor devido às pessoas.


O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: "Excelentíssimos (as) representantes da edilidade Montalegrense, Digníssimos (as) constituintes da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores (as) presidentes de Junta de Freguesia, Estimado Público, Companheiros e Companheiras: os Comunitaristas parabenizam a Câmara Municipal pelas festividades da municipalidade deste Verão ao mesmo tempo que dão Às Minas toda a prioridade e toda atenção.

A Mineração a céu aberto em PARACATU, noroeste de Minas Gerais, no Brasil pela empresano Canadiense KINROSS, contamina a cidade e expõe a população ao ARSÉNIO, segundo o Relatório do estudo do Centro de Tecnologia Mineral do Governo Federal, que aponta para concentrações até de 200 vezes superiores ao permitido da substância.

Sergio Ulhoa Dani, médico do departamento de Oncologia Médica do hospital da Universidade de Berna, na Suíça, que viveu e estuda as consequências da extração de metais nessa cidade, afirma que as consequências do acúmulo da substância nos seres humanos são devastadoras: "Diversos tipos de câncer, diabetes, problemas na pressão arterial, alterações endocrinológicas e vários problemas respiratórios estão entre as doenças provocadas pelo arsênio no corpo", afirma.

Correm notícias em muitas partes do mundo e mais concretamente no Chile, onde sumidades da



12


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

medicina falam em mais de 40% das pessoas virem a contrair cancro nas áreas circunscritas a cerca de 150 km do local da mineração.

Por cá, o Relatório do LNEG de 2015 em relação às Minas da Borralha dá-nos conta da presença de substâncias tóxicas tais como: As, Cd, Cu, Mo, Pb e Zn em elevado grau de toxicidade, numa recolha de 82 amostras em diferentes solos, com graves riscos para a saúde humana local e para os animais que produzem a Carne Barrosã de excelência. Também estudos anteriores de Julho de 2010 pela FEUP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), mostravam teores de Arsénio, Cobre e Mercúrio bastante elevados nas áreas analisadas.

Os critérios técnicos, sobre a extração de lítio e outros minérios, tem prevalecido sobre os conceitos de natureza, sócio económica e ambiental.

Nestes quase 50 anos de democracia e de desvios da revolução de Abril, ao povo foi-lhe dado outra cultura e inventado outra história, de forma a que se apagasse da memória o que foram e o que poderiam vir a ser com a evolução da revolução dos cravos e passaram a defender os seus opressores, Multinacionais, Bancos, a ditadura Financeira, FMI, OMC, BRUXELAS, empresas multimilionárias e ficando contra os oprimidos como eles, um povo nestas condições, não se pode arvorar num povo livre: É a este povo que em nome da autonomia financeira e económica; Em nome da independência energética e em nome da coesão Europeia e Nacional; que se vai impor uma política de desenvolvimento, tendo por base a exploração mineira extensiva a quase todo o território do interior do país.

No que ao Barroso diz respeito as Câmaras que o constituem deveriam ter procurado aliados nas autarquias limítrofes, indo desde os municípios que constituem a Região do Alto Tâmega, aos municípios de Vieira do Minho, Terras de Bouro, Amares, Braga, Barcelos, Esposende até ao Porto Norte, todos afetados pelas águas do Cávado/Rabagão.

Só assim teríamos força política para se impedir o avanço das minas ...à semelhança das câmaras do Alto Minho. E à semelhança da exploração petrolífera da Costa Algarvia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Seguramente a Serra D'Arga não vai ter Minas. Seguramente não haverá exploração de petróleo no Algarve.

As medidas que agora se anunciam, quer da Câmara de Montalegre e Boticas, quer do CIM, são louváveis e no caso de Montalegre demarcam-se até do executivo que a precedeu, mas vêm a reboque das posições defendidas pelas Associações e das manifestações populares e eivadas de algumas contradições.

Por exemplo e se perguntar não ofende: porque razão ainda consta no Plano Diretor Municipal, que no artigo 2º, do Capítulo I no nº2 alínea b, que assegura a "Gestão sustentada dos recursos produtivos e fortalecimento dos setores económicos, através da potenciação da exploração dos recursos geológicos"?

Porque razão, a Senhora Presidente em relação à Mina de Morgade/Sarraquinhos se vem a manifestar contra e é concordante com as minas da Borralha?

Admite-se que Senhora presidente desconhecesse as obras de prospeção nas brechas de Santa Helena na aldeia de Caniçó.

Certamente agora está em condições de responder:

- 1 - A obra está devidamente licenciada para aquela atividade?
- 2- E se for o caso, qual o numero da licença?
- 3 - Se não for o caso, o que está a espera a CMM para embargar as obras?
- 4 - Os terrenos onde decorrem as intervenções são camarários?
- 5 - A obra cumpre todos os requisitos legais inerentes à sua natureza por exemplo uma análise de riscos e um plano de Segurança e Ambiente para minimização dos riscos identificados.

Senhores deputados, Senhora presidente: as populações têm lutado com as armas que a democracia lhes permite.

O direito à indignação, ao Protesto e às Manifestações é um direito inalienável dos trabalhadores e das populações conquistados na revolução de Abril e consagrado na própria constituição portuguesa: artigo 45.º Direito de reunião e de manifestação

A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação, qualificar um direito constitucional de populismo barato vindo de responsáveis socialistas é grave!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Era o que faltava ficarmos privados do exercício da democracia. Citando um grande Barrosão deixo aqui este ecoprotesto:

Ai se eu fosse vitela do Barroso, fazia greve da fome, do feno, não comia!

Fosse eu porco da feira do fumeiro roncava: abaixo a faca, o alguidar não sangrava!

Se eu pudesse ser melro ou rouxinol calava, cortava o bico, de raiva não cantava!

Pudesse eu ser coelho ou ser lebre migrava, fazia toca noutro lado, abortava!

Se eu pudesse ser a giesta ou ser urzeira secava, chegando Maio, punha luto a vida inteira.

Mesmo o Larouco se pudesse rugiria: "delapidaram a bucólica harmonia, ensurdeceram estas mansas serranias"

Aí se eu fosse perdiz ou codorniz, voava, fazia ninho noutro lado, não chocava!

Pudesse eu ser a truta dos regatos, nadava lá pra bem longe, na desova não voltava!

Ai se eu fosse o valente 'Boi do Povo', mostrava aos amantes das bizarras correrias o bom senso, o bom uso da razão c'uma forte, c'uma valente cornada o que é ser um brioso Barrosão!" (Miguel Torga)

Pela defesa do Património Agrícola Mundial, pelo Comunitarismo, por Montalegre.

Em nota de rodapé queria deixar aqui os parabéns ao GDVP que arrancou ao sorteio da Taça de Portugal o grandioso FCP. É também com tristeza que o barroso perde mais um histórico cartaz de publicidade à região. Como aconteceu no Montalegre x Benfica, Dois pesos e duas medidas para cada um dos Clubes assim vai a equidade e igualdade de tratamento, que a uns se montou um cenário de custos exorbitantes e a outros nem campo para a realização do evento. Tenho dito. Assinado, o deputado Manuel Carrelo."

O deputado João Soares disse que foi um querido mês de agosto com o apoio da Câmara Municipal e de algumas Juntas de Freguesia, o que originou muitos eventos culturais e desportivos tais como parapente, concursos pecuários, projeto mergulhar na leitura, as festas, as tradições, a rota do contrabando, a caminhada mais louca na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Borralha com quase mil participantes oriundos de todo o país. Também um grupo de jovens estrangeiros viveram momentos alegres vivenciando pela primeira vez uma chega de bois comungando dos nossos usos e costumes.

O festival Folk em Pitões das Júnias e as Festas do Concelho trouxeram muita alegria às pessoas com dois nomes sonantes como o Herman José e o Pedro Abrunhosa.

O deputado João Araújo entregou o seguinte documento à Mesa: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores presentes, Excelentíssimas Senhoras deputadas e senhores deputados e membros da Mesa: fez neste mês de setembro dois anos que assumimos a responsabilidade dos destinos dos Barrosões. Na nossa freguesia em particular, assumimos uma responsabilidade que para muitos foi novidade, mas que agarramos desde o início com muito empenho e dedicação.

Não foram dias fáceis pois contingências externas vieram destabilizar o nosso trabalho. Contudo, sobressaiu a nossa resiliência e soubemos transformar as fraquezas em forças.

Temos vindo a trilhar um caminho que vai ao encontro dos nossos compromissos: lutar por uma freguesia melhor, mais atrativa, mais solidária, com melhores condições não só para os residentes, mas também para quem nos visita.

Temos conseguido resolver os problemas. Temos conseguido atender às necessidades de cada um. Queremos ajudar e é com esta vontade que vamos continuar.

Sabemos que ainda há muito para fazer. Há um longo caminho a percorrer. Mas não estamos sós. Temos a Câmara Municipal e os seus líderes como nossos parceiros. A verdade é que, por muito que vos incomode, nunca fico sem uma resposta, uma ajuda ou uma orientação.

Temos, à frente dos destinos de Barroso, uma equipa liderada por uma senhora que tem sabido estar ao lado de todos. Sabe ouvir, sabe aconselhar e acima de tudo, defende os seus munícipes. Vilar de Perdizes e Meixide agradecem. Obrigada por tudo! Há locais que encantam. Deixe-se encantar. Viva Barroso! Assinado, o deputado municipal João Araújo.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A deputada Lúcia Jorge agradeceu ao executivo o apoio pela beneficiação da estrada de Pitões e pelo serviço de manutenção e limpeza das bermas das estradas pelas equipas dos sapadores. Bem-haja à Câmara Municipal que com a sua contratação fixou os trabalhadores e as suas famílias dando-lhes melhores condições de vida e emprego. Também esteve bem a Câmara com o processo de licenciamento das explorações agrícolas dos armazéns em Pitões que estavam ilegais há muito tempo. Isto é fruto de muito trabalho do executivo fazendo com que as pessoas se pudessem candidatar aos fundos comunitários.

Reiterou tudo o que foi dito pelos deputados sobre o programa Mexe-te nas Férias pois pensa que é muito importante que as crianças vejam o património cultural e imaterial e terem noção que os antigos faziam dos trabalhos agrícolas uma festa coletiva.

O deputado José Carvalho entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhores membros desta assembleia.

Vou falar sobre as minas, no caso concreto das minas da Borralha/Paredes.

Senhora Presidente da Câmara, soube que a Câmara em 2010 comprou vários edifícios entre os quais um terreno rústico que se situa na brecha de Santa Helena. Isto é verdade? A Senhora era Vereadora na altura.

A Minerália está a algum tempo a efetuar prospeções neste local. A Senhora Presidente tem conhecimento disto? Deu autorização? Os terrenos em causa são propriedade da Câmara?

Foi efetuado um caminho nos baldios de Paredes para dar acesso aos respetivo local da prospeção, foi-me dito pelos senhores da Minerália que foi dada autorização pela Senhora Presidente da Junta. Isto é verdade? Como podem fazer tal coisa sem darem conhecimento à entidade responsável pelos Baldios de Paredes.

Senhora Presidente da Câmara, as pessoas da aldeia de Paredes, Caniçó, Linharelhos e uma parte da Borralha estão contra as minas. Temos também o apoio do PSD de Montalegre, embora neste caso a minha luta contra as minas não é partidária, mas



*f m*¹⁷

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

agradecemos o apoio. Estas minas vão prejudicar o normal funcionamento e as atividades agrícolas e pecuárias destas aldeias para além de prejudicarem as suas populações. Acho que a senhora Presidente da Câmara deveria ter uma posição em relação a esta mina como teve em relação à Mina do Romano. Estou em condições de dizer que se a Minerália entrar nos baldios de Paredes ou algum terreno desta aldeia, avançaremos com uma providência cautelar contra a Minerália. As gentes de Paredes, Caniçó, Linharelhos não querem minas, querem paz para exercerem a sua atividade agrícola e pecuária pois é daí que recebem os rendimentos para estarem na nossa terra. muito obrigado. Assinado, o deputado José Manuel Carvalho”

O deputado António Ferreira agradeceu à Câmara Municipal e à União de Freguesias de Montalegre e Padroso pelo acesso à Capela do Santo Adrião pois é o local mais visitado de Montalegre por causa das sepulturas antropomórficas. Perguntou se não se justificaria colocar lá alcatrão. Gostava de poder dizer o mesmo em relação a outros estradões.

Falou sobre as festas do concelho que tiveram imenso sucesso. A alteração dos lugares dos feirantes e o lançamento do fogo foi uma aposta ganha.

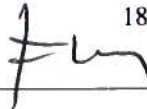
Parabenizou a Câmara pelos arranjos urbanísticos da vila, os serviços de limpeza mantêm-se atentos e a sinalização convém ser reparada. A vila precisa de algumas obras como por exemplo os passeios na Avenida do Sr. da Piedade.

Finalizou dizendo que se deve insistir na fiscalização do consumo de água porque há gastos exorbitantes.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, caros colegas deputados, caríssimo público presente.

Finalmente as obras na escola primária de Salto, estão concluídas, com lacunas para não variar, mas vamos aguardar que sejam corrigidas. No entanto a pergunta que os encarregados de educação das crianças que frequentam a pré-primária é, onde está o parque infantil que estava contemplado no projeto?



 18

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Outra questão colocada pelos encarregados de educação das crianças que frequentam a escola de Cabril, até quando é que as crianças vão estudar, comer e brincar em contentores sem condições dignas onde chove inclusive?

Em segundo lugar, venho aqui apelar à presidente da Câmara e demais presentes a dar um inequívoco NÃO à mineração na brecha de Santa Helena, tal como fez a Câmara Municipal de Vieira do Minho ao dar um inequívoco e retundo NÃO à Mineralia, ao declarar publicamente e nas instancias competentes em Novembro de 2020, que nunca iria emitir um parecer favorável à mineração naquela área, obrigando-a a reduzir a área do pedido de prospeção e exploração de 56KM² para 24KM², cingindo-se ao concelho de Montalegre.

Segundo documentos oficiais e públicos, o projeto apresentado pela Mineralia na DGEG, no plano de lavra e métodos de exploração, face à morfologia do terreno (que não se alterou nas últimas décadas) a exploração só é viável sendo a céu aberto, com recurso a explosivos quase diários de 253 kgs por disparo na cava inicial e de 720 kgs de explosivos por disparo na cava principal. Isto numa área com minas em galeria, submersas em águas, escoradas por madeiras podres, com profundidades de 210 metros. Inclusive já se verificam derrocadas à superfície como é o caso do grupo D. Isto põe em risco as habitações e conseqüentemente as vidas dos habitantes daquelas áreas com possíveis desabamentos das habitações e aberturas de fendas.

Sabem que existem na Brecha de Santa Helena minerais como volframite, minerais de cobre, estanho, molibdénio, fosfatos, sulfuretos e óxidos com terras raras. É do conhecimento público (foi referido em várias sessões de esclarecimento sobre mineração) que as terras raras são radioativas, para não falar, que a refinação de 1 tonelada de terras raras produz 2000 toneladas de lixo tóxico não tratado. Mas há mais, Muitos dos minerais ali existentes em contacto entre si causam reações químicas altamente poluentes, assim como as escorrências dos depósitos de rejeitados, as lavagens do minérios que irão contaminar os lençóis freáticos assim como (novamente) as águas da barragem da Venda Nova utilizada para consumo público, causando graves impactos na fauna e na flora, aliás está à vista de todos o passivo ambiental, o legado deixado pelas minas em que os solos ainda se encontram contaminados por vários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

elementos tóxicos para o ambiente e para a saúde humana, tal como refere um estudo do LNEG de 2015.

Sabem que independentemente de as minas serem a céu aberto ou em galeria as consequências serão sempre catastróficas para a população e para o ambiente? “Olhos que não veem coração que não sente”, mas os malefícios são os mesmos. Os consumos de água serão elevados, aliás já estão a ser como já se verificou, tendo a Minerália recorrido aos serviços dos bombeiros voluntários de Salto, que lamentavelmente aceitaram contribuir para a destruição do nosso território.

Não adianta dizer NIM num comunicado vazio de ações e manifestamente populista a dias da aprovação do estudo de impacto ambiental condicionado e nada transparente dados os contornos em que foi elaborado como é do conhecimento de todos.

Tudo isto em troca de quê? Uns poucos empregos de mão de obra qualificada, que provavelmente nem será de gente da região? Quantos se irão embora? Quantos empregos se irão perder?

Montalegre não está à venda! Merecemos mais que isto! Não às minas! Viva Barroso! Assinado a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado Mário Mendes disse que se gostarmos de uma coisa é lógico que a vamos defender. Disse que se vivem tempos em que aparecem uns supostos geólogos que dão pareceres que a população da Borralha conhece melhor do que ninguém. A Borralha foi uma terra mineira e ninguém morreu por isso. Pede que ajudem, mas que não estorvem. No meio disto tudo se explica a política. Quem deu a concessão à Minerália foi o Primeiro Ministro Dr. Passos Coelho. Depois de entregue foram feitos sete ou oito furos. Em 2013 um deputado europeu do PSD deslocou-se às Minas da Borralha e lá disse que “os recursos naturais são a maior riqueza de um país”, em 2014 veio à Borralha o Sr. Ministro da Economia Álvaro Santos Pereira e pediu à Minerália que continuasse com a prospeção. Não ouve ninguém falar mal das pedreiras que colocam dinamite em qualquer altura do dia e chocam muito mais visualmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Terminou dizendo que todo o concelho beneficiou com as Minas da Borralha, mas Salto foi a que mais beneficiou em termos energéticos. Tiveram abastecimento de luz mais cedo do que qualquer outra aldeia.

A deputada Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados e demais pessoas aqui presentes. Começo esta minha intervenção falando da 8ª edição da Semana do Barrosão que decorreu em Salto, no final do mês de julho.

Trata-se de um vento que visa, como todos sabem, proclamar a raça barrosã e os seus produtores, que visa divulgar a genuinidade do território com base na forma tradicional de trabalhar as terras e de tratar o gado; divulgando as nossas magníficas paisagens e a nossa forma de viver invejável.

É tudo isto que distingue os nossos produtores e o gado que aqui, neste concelho se produz, reconhecido pela sua qualidade, a sua impotência, pela sua verdadeira excelência.

Perante isto, é imperioso prestar aqui um verdadeiro agradecimento à autarquia e ao seu executivo, por um lado, por apoiar grande parte da despesa do evento, e por disponibilizar todos os equipamentos e pessoal de que dispõe, mas sobretudo por manter tão elevados apoios e incentivos à produção.

É assim que se faz, é assim que se ampara, é assim que se cria, e é assim que se engrandece o que temos!

É esta postura de apoio, de confiança, de verdadeira acreditação, aliado naturalmente á resiliência e dedicação dos nossos produtores, a quem presto também a minha honesta e humilde homenagem, que se alavanca o nosso concelho, que se fomenta o crescimento da nossa economia local em todas as suas vertentes.

Obrigada Sra. Presidente, obrigada aos seus e nossos vereadores.

Obrigada também por recentemente nos trazer boas novas relativamente àquele que é o projeto, a infraestrutura mais esperada pela população que represento!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

No próximo dia 4 de outubro vamos ter uma demonstração pública do projeto multiusos que vai nascer em Salto!

A sua necessidade está mais do que justificada, trata-se de um edifício que servirá, como já o disse aqui, toda a população de Salto, mas não só!

Servirá todo o povo do Baixo Barroso e de forma transversal!

Servirá os nossos eventos e tradições. Servirá o desporto, servirá a terceira idade, servirá a escola e as nossas crianças. Só nos resta dizer, que venha rápido!

Sabemos também, que a breve trecho, serão iniciados os arruamentos que alargarão o centro da Vila a uma zona onde vai nascer também a tão almejada creche.

Sim! A creche vai ser também uma realidade para Salto, acredito nisso Sra. Presidente e sei que está a desenvolver todos os esforços junto da Segurança Social para obter a necessária parceria!

Para a frente é que é caminho, não esmoreçam!

Bem-haja Sra. Presidente e seus vereadores. Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Catarina Gonçalves.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Senhores deputados
Depois do período do inverno tivemos oportunidade de referir aqui um grande leque de iniciativas locais, já enraizadas nessa época do ano, que valorizam o território e que dinamizam a economia. São iniciativas públicas com epicentro na Câmara e nas suas políticas, mas um evidente entusiasmo associativo, das juntas de freguesia e da iniciativa privada que mostram o grande cartaz Montalegre e o dinamismo gerado pela cooperação público/privado.

Dissemos, e a sociedade entende, que há investimento do município, mas que isso corresponde a promoção com retorno. Isso é também cultura, é atividade económica, é riqueza, é emprego.

E hoje, depois de passado o verão, o que é que podemos dizer?

Muitas festas e muita animação, sim!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Mas outra coisa, ainda mais seguro: Muita gente, muitos emigrantes e durante mais tempo!

E pode haver muitas justificações para isso e uma delas é, seguramente, que Montalegre é um grande atrativo e que seduz cada vez mais turistas, oferecendo ainda o aconchego merecido aos nossos emigrantes que culminou com a visita do secretário de estado das comunidades portuguesa, que confraternizou com os nossos emigrantes, e que é um reconhecimento pelo esforço de terem que estar longe da sua terra, mas é também motivo de orgulho e de prestígio para toda a comunidade emigrante e para Montalegre.

A oferta gastronómica, a natureza, o ambiente e a nossa cultura, enriquecem o nosso território e são um potencial de vida cada vez mais qualificada para o presente e para o futuro.

Por isso deixamos aqui um elogio ao executivo pelo sucesso dos vários investimentos, destacando as festas do concelho e a volta a Portugal de bicicleta, tão importantes para manter a animação, mas também a projeção do nome Montalegre todo o ano.

Mas o sucesso e investimento não está só aqui, está também no projeto do Ecomuseu de Barroso que se vai alargando no território e em atividades, e que é responsável pela interação cultural de vários agentes.

E destacamos, entre muitas, as iniciativas do polo do Ecomuseu da Borralha, o que foi feito pela junta de freguesia de Pitões, o Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes, com um grande esforço de renovação e adaptação, e a Junta de freguesia de Vilar de Perdizes e a associação local pelas suas iniciativas.

Mas de todas as ações que provam que o investimento público pode fazer mudanças, ou faz mudanças, damos o exemplo de Fafião: Grande atenção do Município, grande capacidade de trabalho, imaginação e competência local, transformaram uma das entradas do concelho que é hoje referência turística com grande investimento privado e de qualidade. São várias as iniciativas nessa aldeia, mas o festival “Aldeia de Lobos” mostra o que se pode aproveitar do nosso património, respeitando-o e fazer disso economia e riqueza.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Mas, nas iniciativas para as pessoas, que tem a ver com um apoio na conciliação da sua vida e da atividade profissional, podemos também salientar o programa “mexe-te nas férias”, da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, pelo que tem de trabalho de todos e de investimento no apoio aos pais, mas sobretudo na ocupação, na formação cívica, humana e social que enriquece os cidadãos do futuro.

Muito mais merecia destaque, como seja a requalificação do acesso a pitões ou mundial de rallycross, mas concluímos com a atenção à infraestrutura da sede do concelho, os arranjos urbanísticos nas ruas Bento da Cruz, da Forja e Frei Bartolomeu dos Mártires, mas também a limpeza e o embelezamento da vila de Montalegre, que é notório, e que deverá continuar para termos uma vila atrativa, dinâmica e polo dinamizador de economia e de emprego no concelho.

E uma coisa temos a certeza, nas próximas sessões aqui estaremos a falar de muitas mais iniciativas, quer por vontade de alguns nunca teriam visto a luz do dia.

E para terminar, permitam-me ainda que saliente aqui a intervenção da Câmara na área da oferta de lugares de creche, agora gratuitas, por decisão do Governo do PS.

É a nova creche para o Baixo Barroso que aguarda aprovação e, mais notório ainda a capacidade da autarquia em ajudar a desbloquear os lugares de creche em falta em Montalegre. Há 5 anos havia 30 crianças, agora 46 e já passaram para 53. Isto, graças à legislação do governo e à preocupação e cooperação da Câmara, da Misericórdia e da Segurança Social, que levou à rápida resolução do problema, ficando a vila de Montalegre com capacidade para acolher todas as crianças candidatas à creche.

Mérito do Governo e grande empenho da senhora Presidente da Câmara que se traduz na resolução dos problemas concretos das pessoas.

Temos em Montalegre aquilo que não acontece na maior parte do país – creche para todos apesar do grande crescimento do número de crianças que, como disse, passou, em pouco tempo, de 30 para 53.

Se juntarmos a isto mais 23 alunos nascidos no estrangeiro ou filhos de pais estrangeiros a frequentar a escola em Montalegre, é prova de que alguma coisa positiva se passa em Montalegre. E alguém terá o seu mérito. Muito obrigado. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Hernâni Carvalho disse que as duas associações humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho de Montalegre viram aprovado um apoio fundamental para a sua existência.

Informou que no concelho de Montalegre houve muito poucas ocorrências de incêndios rurais e espera que assim continue.

Disse que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto é uma associação de utilidade pública, de direito privado. Os Bombeiros de Salto tiveram um prejuízo de dois mil euros mensais com a emergência pré-hospitalar e não podem ficar subsídio-dependentes. Foram contactados pela Minerália para prestar um serviço e fizeram-no, mas não admite que se diga que os bombeiros venderam a alma ao Diabo. Os bombeiros têm que se sustentar e não esperar que lhe caia do céu. Pensa que é pouco digno que se levantem suspeitas e que duvidem das boas intenções das instituições. O diálogo deve ser moderado.

O PS não é contra a manifestação, é contra o facto das pessoas se manifestarem em nome de um partido e partidarizar a questão colocando uns contra os outros.

Sobre o concurso dos transportes, disse que uma empresa espanhola ganhou o concurso internacional, mas esta fez o adiamento do início da atividade e isso preocupa toda a gente. Questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre o estado da operação no nosso concelho.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que iria começar a sua intervenção pelo tema do dia que é a Mina do Romano. Lembrou que, há uns anos atrás, foi dito, neste mesmo órgão, pelo PSD e CDS que a Câmara não poderia deixar fugir este projeto. Hoje mudaram de opinião.

Disse que quando se pagam pareceres às universidades, estes são para ser tomados em conta. Assim, os pareceres académicos apresentaram aspetos muito negativos ao projeto o que determinou o parecer da Câmara desfavorável, mas o PSD e os seus vereadores abstêm-se neste último. Falta saber quem está genuinamente contra o que se perspectiva com este projeto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Quando não se sabe, procura-se saber. Quando se presume saber tudo, arrisca-se a não se saber nada e não vale a pena deturpar as intervenções e posturas assumidas. Em momento algum disse que não sabia que havia intervenção na brecha de Santa Helena. Os terrenos não são da Câmara. A Câmara adquiriu uma série de edifícios para requalificar e assim preservar o legado e respeitar a história da Borralha que foi um território mineiro.

Sobre as manifestações, disse que não são estas que são baratas. As manifestações de mero aproveitamento político é que são baratas, aliás não valem nada. A Câmara tomou posições fundamentadas, emitiu um parecer desfavorável, levou o assunto à CIM e foi tomada uma decisão unânime. Quando o Presidente da Câmara de Boticas participar numa manifestação, a Presidente da Câmara de Montalegre também estará presente na defesa do Barroso. Quando deixar de ser Presidente da Câmara aí participará nas manifestações que bem entender, como fez antes.

Os Presidente de Câmara têm de usar a sua influência, e no exercício das suas competências, junto das entidades que podem alterar as decisões.

Relembrou que há duas realidades distintas entre a Borralha e Morgade. Embora em Morgade, no tempo dos romanos, já tivesse lá havido uma mina é a Borralha que durante o século passado foi território mineiro. Há que lembrar que a licença de prospeção, atribuída em 2012, é que conferiu direitos de exploração.

Deixou uma palavra de apreço ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia pela luta que tem desenvolvido para aumento dos lugares na creche que tanta falta fazem a tantas famílias.

Informou que dia 4 de outubro vão ser apresentados, na Casa do Capitão em Salto, os projetos do complexo multifunções e da creche de Salto, projetos esses candidatos ao Portugal 2030 cujas obras devem ter início no próximo ano.

Lamenta que se continue a olhar para o concelho vizinho e não se valorize o que de melhor se faz em Montalegre. Os apoios dados às famílias não devem ser motivos de propaganda. Gostava de ouvir que alguns se congratulam com os apoios que a Câmara dá, e são muitos, sem ser preciso montar um gabinete de propaganda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Afirmou que a Presidente da Câmara tem o direito de convidar quem bem entender para jantar, mas ninguém foi excluído. Continuam as críticas aos emigrantes, acusando-os de vendidos e de que não investem na terra e isso não é justo. Os nossos emigrantes são cidadãos de pleno direito que fazem tudo pela sua terra e não devem ser só valorizados porque aqui deixam o seu dinheiro quando vêm de férias ou pagam impostos.

A ação administrativa que a Câmara supostamente perdeu não teve andamento porque foi metida fora de tempo.

A participação na Sexta 13 têm normas que foram aprovadas e é preciso que as associações que pretendem participar estejam regularmente constituídas e cumpram essas normas.

Quanto ao Vilar de Perdizes, disse que se congratula com o jogo contra o Futebol Clube do Porto e a Câmara estará aqui para o que for preciso. Se o Vilar entender que deve jogar em Montalegre, a Câmara dará todo o apoio, como fez com o Montalegre/ Benfica sendo previsível que as receitas sejam para o clube. Alinhar no populismo do futebol é chão que já deu uvas e exige-se fairplay. O estádio da Lage não pode ser alargado porque põe em causa a segurança de duas vias.

Sobre o Rodrigues Cabrilho, toda a gente fica contente por saber que há estudiosos que defendem que ele nasceu em Lapela, concelho de Montalegre. Vai ser lançado um livro sobre ele que tem o apoio da Câmara Municipal. Lamenta, mas não pode estar presente em cerimónias para as quais não é convidada.

Com as festas no concelho celebra-se a vida, o comunitarismo e viu-se que a comunidade está empenhada e viva. Pena que alguns só vejam o lado negativo das coisas.

Agradeceu as palavras proferidas pelos Presidentes da Junta que são recíprocas pois valorizam o muito trabalho que se faz. Continuamos juntos para fazer mais e melhor pelo concelho. Irá continuar a apoiar os agricultores e os produtores pecuários e por isso informou que a produção de centeio vai ser o projeto futuro com a criação de semente original e biológica para que os agricultores possam semear os terrenos com esta mesma semente e com o apoio técnico dos peritos no terreno. Também alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

castros vão ser recuperados e o Padre Fontes, o embaixador do Alto Tâmega e Barroso, está empenhado nesta matéria.

Admirava-se se a deputada Sandra não visse lacunas na Escola de Salto, mas a obra ainda não foi entregue. O parque está projetado junto ao multifunções.

Em relação à escola de Cabril, disse que há um projeto de requalificação, no Portugal 2030, para intervir, mas já podia estar feita se o concurso não tivesse ficado deserto. Muitos concursos ficaram desertos e isso é que nos deve preocupar.

Referiu que somos um concelho com muita atividade cultural e desafiou os deputados a consultar a agenda cultural para verem que esta rivaliza com concelhos de grande dimensão.

Sobre os transportes, disse que se tratou de um concurso intermunicipal que inicialmente ficou deserto, mas agora chegou ao fim. Foi um projeto e estudo muito complicado pois trata-se de muitas linhas. A operação foi da responsabilidade da CIM, enquanto Autoridade de Transportes, e espera-se que o operador cumpra. Se tal não acontecer, eventualmente terá de se recorrer a ajustes diretos pois os transportes escolares têm que ser assegurados. Esta matéria está a ser devidamente acompanhada pela CIMAT.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados José João Moura, Acácio Gonçalves e Sandra Gonçalves.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Sra. Presidente, em primeiro lugar, deixe de insinuar que o PSD é contra os emigrantes. Só na minha família, diretos e indiretos, devo ter cerca de 300 emigrantes! A minha crítica e observação foram os critérios de seleção que a Sra. usou para convidar apenas 300 emigrantes. Na nossa opinião o convite deveria ser para todos os emigrantes sem exceção. E por falar em emigrantes, não esquecer os MIGRANTES, como eu, que também continuam com a chama ardente da saudade, aquele fogo que arde sem se ver, e que farão de tudo para defender a sua terra e a sua população. E é com esse espírito que participo em manifestações Sra. Presidente, não como militante do PSD,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

mas como cidadão, a exercer a sua cidadania e a defender aquilo em que acredita. Sendo da geração rasca, conforme foi apelidada, manifestei-me inclusive contra o governo do meu partido, na altura chefiado pelo Prof. Aníbal Cavaco Silva, contra as propinas no ensino superior e a prova geral de acesso, não sei se se lembra, com resultados satisfatórios. E eu fui eleito para uma assembleia municipal e não para a assembleia da República e defenderei sempre em primeiro lugar a minha terra e a minha gente mesmo que isso vá contra as orientações do meu partido a nível nacional. A Sra. nunca viu nas várias manifestações contra as minas nenhuma bandeira do PSD nem irá ver e nada me dava mais prazer que acompanhá-la, lado a lado, numa enorme manifestação contra a mineralização no concelho. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que não fica bem à Presidente da Câmara dizer que agora não é a favor do lítio. Assumiu que foi ele que veio para a Assembleia falar sobre este assunto, mas tinha a ver com a notícia que a TESLA ia fazer uma fábrica de baterias aqui na zona.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “O executivo já não tem desculpas para justificar a sua conivência e incompetência neste vergonhoso projeto mineiro para o nosso concelho e escudam-se no governo do PSD que autorizou em 2013 processos para estudar os recursos existentes em vários territórios. Isso não implicava nem vinculava a câmara de Montalegre a aprovar esta destruição massiva do território e ainda tem a petulância de acusar a oposição de se abster na votação de um documento sobre a mineração, na reunião de câmara entregue a duas horas da mesma começar. O PSD não aprova nem reprova decisões dessa importância em cima do joelho.

A câmara arrasta a resolução dos problemas, resolve tarde e mal, isto porque oposição fala incessantemente neles.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A câmara congratula-se de dar muitos apoios às famílias, no entanto, tal como já foi aqui demonstrado e bem pela nossa deputada Francisca Martins nesta assembleia, pois muitos recusam-se a vir ao beija-mão para receber os ditos apoios.

Não me recorda de ler nos estatutos da oposição aprovado nesta assembleia, que a nossa bancada tem de bajular o executivo em funções, por sinal incompetente e para isso já tem a bancada socialista que não se cansa de o fazer. Assinado, a deputada Sandra Gonçalves.”

A Senhora Presidente da Câmara disse que ficou claro que o deputado Acácio Gonçalves não tem memória seletiva como alguns, mas não foi só ele que falou sobre o assunto do lítio e tem as atas que comprovam que o PSD também o disse. O PS mantém-se coerente defendendo os interesses do concelho e não se admite a ninguém que venha para a Assembleia com insinuações de café. Nunca foi o modus operandi do executivo.

2- Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 29 de junho, do ano 2023.

A ata da sessão ordinária do dia 29 de junho de 2023 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos deputados José João Moura e José Carvalho por não terem estado presentes na sessão anterior.

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que recebeu a situação financeira e verificou que a Coopbarroso recebeu 400 mil euros, mas nas transferências aponta 680 mil euros. Esta informação não é transparente. Dá impressão que foi aprovado mas que o dinheiro ficou em caixa. Não diz a letra com a careta e pediu explicações.

A Dra. Maria José Baia, Chefe de Divisão Financeira, esclareceu que a despesa está descrita por rúbricas e nos termos dos protocolos não vêm discriminados dessa forma.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.3. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2023. / Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – Para Conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.4. Definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2024 – Aprovação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Os deputados do PSD vêm justificar o seu voto contra, nos seguintes termos:

A proposta apresentada pelo executivo municipal para a fixação de taxas a cobrar no ano de 2024 relativamente à Derrama, mereceu diferente apreciação e sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD.

Se queremos ser competitivos e atrair empresas privadas de forma a investirem no concelho e criarem postos de trabalho, a taxa proposta de derrama entra em contraciclo com esta demanda.

Na verdade, gostaríamos de seguir o exemplo de vários concelhos a nível nacional que utilizam a diminuição da carga fiscal como parte da estratégia de desenvolvimento sustentado do seu concelho. Isenção de derrama para as empresas com sede e atividade no município (excluindo empresas poluentes e que explorem os nossos recursos naturais) e vamos mais longe, um aparte, com uma redução de 50% do valor das taxas devidas no licenciamento de armazéns, estábulos, vacarias ou outras construções para jovens agricultores.

As que optaram por não aplicar derrama estão municípios do litoral, bem como do interior. Ou seja, temos municípios do litoral que têm forte investimento empresarial e no entanto, têm taxas bem abaixo de nós, e mesmo dentro da CIMATB, existem câmaras que isentam a taxa de derrama para as empresas com sede e atividade no Município, ambas com executivo autárquico do PSD. Mas há mais aqui à volta, e aqui tão perto, os 3 concelhos do Basto - Cabeceiras, Celorico, Mondim e Póvoa de Lanhoso – Derrama – 0%. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

A Senhora Presidente da Câmara disse que comparar a política de direita com a de esquerda é estranho. A política de esquerda é apoio às famílias e às associações. O PS não tem visão igualitária nesta matéria. É a equidade que se defende.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria, com nove votos contra dos deputados José João Moura, Alívio de Freitas, António Cascais, Domingos Vasconcelos, Nuno Miguel Pereira, José Carvalho, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves e José Acácio Gonçalves e uma abstenção do deputado Manuel Carrelo.

2.5. Definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2024 – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.6. Definição da Participação Variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) - Taxa a Fixar para cobrar no exercício económico de 2024 – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Relativamente à participação no IRS, somos de opinião que o executivo municipal tinha condições para apresentar uma proposta no sentido da diminuição da carga fiscal que incide sobre os Montalegenses, tal como acontece em vários concelhos a nível nacional. Os executivos municipais desses concelhos utilizam a diminuição da carga fiscal como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentado do seu concelho, nomeadamente para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

fixação de população jovem e criação de condições de atratividade e competitividade relativamente a outros concelhos do interior. É o caso de Boticas e Vieira do Minho 0% e Cabeceiras de Basto 2%, dados da AT, Montalegre 5%.

Em 2022, dos 308 municípios nacionais, já há 170 municípios que decidiram abdicar da totalidade ou parte da verba de 5% do IRS que lhes é transferida pelo Estado anualmente, em favor dos seus contribuintes com domicílio fiscal naquela área geográfica. Com esta proposta, apresentada pelo executivo municipal, os Montalegrenses continuam a ficar num grupo, cada vez mais restrito, de portugueses que são penalizados no seu rendimento disponível.

Para agravar, tudo isto ocorre numa época em que, contrariamente ao que tanto se quer fazer crer, os dados publicados pelo INE mostram, claramente, que em Portugal continuamos com a carga fiscal no seu máximo histórico e a bater sucessivamente recordes de carga fiscal nos últimos anos. Desde 2016 a 2022 os valores têm vindo sempre a aumentar. A carga fiscal em 2022 bateu novo recorde ao aumentar 14,9%, atingindo 87,1 mil milhões de euros, o que correspondeu a 36,4% do PIB (INE).

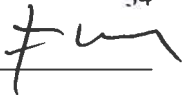
Nós PSD, somos de opinião que um alívio da carga fiscal sobre os Montalegrenses era importante, neste período sensível de escalada de preços de bens essenciais e dos custos com os produtos petrolíferos, bem como de taxas, taxinhas e mais estratégias para ir buscar dinheiro ao bolso dos contribuintes, possibilitando a devolução de uma parte significativa dos rendimentos às famílias do nosso concelho.

Pelo exposto, o Grupo Municipal do PSD votará contra na proposta relativa à taxa da participação no IRS. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados José João Moura, Alívio de Freitas, António Cascais, Domingos Vasconcelos, Nuno Miguel Pereira, José Carvalho, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves e José Acácio Gonçalves e uma abstenção do deputado Manuel Carrelo

2.7. Definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Aplicação Percentual para o ano de 2024 – Aprovação;





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.8. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.9. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo de Salto – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Alberto Fernandes.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Quero dar os parabéns ao Grupo Desportivo de Salto que ontem venceu a Supertaça Distrital de Futsal Sénior Masculino e já tinha ganho anteriormente a Taça Transmontana de Futsal Sénior Masculino em Miranda do Douro.

Louvar os dirigentes dos quatro clubes do concelho de Montalegre, no seu esforço diário, tirando muitas horas do seu lazer ou trabalho para se dedicarem a uma causa que é de nós todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O apoio monetário da Câmara é muito importante, sem o qual eles não existiam, mas os dirigentes merecem aqui um reconhecimento importante. Estou lá e sei o que custa. Senhora Presidente, apoie esta gente que bem o merecem! Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes.”

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.10. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.11. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.12. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 2º grau, para Chefe da Divisão Obras Municipais – Unidade Flexível de 2.º grau – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves pediu esclarecimento sobre o júri em questão pois sempre fez o papel contestatário, quando dizia que a lei obrigava a ter um professor universitário e agora vê que foi nomeado como membro do júri, o Dr. Ramiro Gonçalves. Nota-se melhoria nos procedimentos.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.13. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 2º grau, para Chefe da Divisão de Turismo, Ecomuseu e Desporto – Unidade Flexível de 2.º grau – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.14. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Desenvolvimento Estratégico – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



37

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.15. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Saúde – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.16. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Inclusão e Ação Social – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.17. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um cargo de direção intermédia de 3º grau para Chefe da Unidade de Contratação Pública – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.18. Aquisição por Usucapião do Prédio Urbano 1835 da União de Freguesias de Montalegre e Padroso, correspondente ao campo de treinos no Rolo – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que acha estranho que a Câmara Municipal tenha que legalizar os terrenos através do procedimento de uso-capião. Pensa que o terreno em questão foi adquirido em 1996 e já os baldios estavam na posse do povo. Na lei, os baldios não são passíveis de negócios por uso capião. Há outras formas de adquirir terrenos baldios, como, por exemplo, a alienação a título gratuito.

Na sequência da intervenção do deputado, António Cascais, a Senhora Presidente da Câmara propôs que fosse retirado este assunto da ordem de trabalhos da presente sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia retirou este assunto da ordem de trabalhos.

2.19. Aquisição por Usucapião do Prédio Urbano 1721 da Freguesia da Chã, correspondente ao Parque de Lazer em Penedones – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.20. Aquisição por Usucapião do Prédio Urbano 830 da Freguesia de Sarraquinhos, correspondente à antiga Escola Primária de Pedrário – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.21. Aquisição por Usucapião do Prédio Urbano 561 da Freguesia de Solveira, correspondente à antiga Escola Primária de Solveira – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.22. Ratificação do Protocolo e aprovação do representante do município na "Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar - RIVD"– Para conhecimento.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



40
f m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3 – Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, tendo-se verificado a inscrição do Senhor António Osório, que fez a seguinte intervenção sobre os trabalhos e projetos da empresa “Minerália”: “Começo por referir que estou aqui na condição de Consultor da Minerália a operar na concessão de depósitos minerais metálicos(tungsténio/volfrâmio), concessão atribuída pelo Estado Português no dia 28 de Outubro de 2021, com o Cadastro C-167 com a denominação “Borralha” e não, como alguma pessoas afirmam talvez por desconhecimento, pela Câmara Municipal de Montalegre!

A mina da Borralha, a ser uma realidade, será inequivocamente em subterrâneo (túnel) e não a céu aberto como tem vindo a ser propalado erradamente nas redes sociais por meia dúzia de pessoas;

Nesta fase, a Minerália pretende efetuar 5 a 6 furos, cada um deles com 14 cms de diâmetro e a mais ou menos 200 mts de profundidade;

O primeiro furo foi efetuado no dia 19 de Setembro, todavia uma semana antes reunimos com o dono do terreno, Sr. Ilídio, que nos autorizou a fazer a respetiva sondagem.

Importante salientar que a Minerália, após cada furo efetuado, irá repor os terrenos nas condições anteriores, limpando tudo com absoluto rigor;

Registei também com alguma tristeza e perplexidade a falta de rigor do Deputado Municipal do PSD sr. José Manuel, quando este referiu que a Minerália lhe tinha dito que a abertura do caminho de acesso à sondagem estava a ser feito com autorização da sra. Presidente da Junta de Freguesia de Salto, completamente falso, quando efetivamente nos limitamos a melhorar e limpar um caminho publico de acesso já existente;

Relativamente às sondagens, um dos furos que projetamos pensamos que fica em terreno dos baldios, e por isso imediatamente contactei o seu Presidente Sr. José Manuel, pedindo-lhe uma reunião com todos os compartes para debatermos o assunto, reunião essa que foi marcada para o passado dia 27 do mês em curso;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Na manhã do dia anterior liguei várias vezes ao Sr. José Manuel, mas este não atendeu as minhas chamadas, razão pela qual lhe enviei de imediato uma mensagem, via normal (sms) e pelo WhatsApp, dando conta da impossibilidade da presença do Sr. Eng.º João Barros que à ultima hora lhe viu ser marcada pelo seu médico uma ressonância magnética para dia 27 e por isso lhe pedia respeitosamente o adiamento da reunião para o dia seguinte.

Eram 22h30 do dia 26 quando recebi uma mensagem via WhatsApp do Sr. José Manuel dizendo que tinha falado com os compartes e como alguns deles tiveram que alterar a sua vida para estarem presentes no dia 27, não podia adiar a reunião e por isso continuava marcada para o dia atrás evidenciado, pelas 17horas, na sua casa em Paredes.

Respondo ao Sr. José Manuel que lamento a decisão, mas que por uma questão de respeito pelos compartes estaria presente, mesmo correndo alguns riscos de não saber responder a algumas questões técnicas, iria sozinho não sendo eu especialista em minaria e baldios.

Na manhã do dia seguinte falei com alguns dos compartes e foi-me dito que o sr José Manuel não tinha falado com eles para adiarem a reunião, situação que me deixou muito triste.

No dia e hora marcados estive presente na reunião com os baldios e para meu espanto estavam presentes pessoas que nem sequer eram compartes dos baldios.

O Sr. José Manuel começou a reunião e disse de imediato "...como deverá saber, aqui somos todos contra as minas e por isso também contra a realização das sondagens", nem sequer se dando ao trabalho de convidar os presentes a pronunciarem-se individualmente, facto que registei para memória futura, situação que eu considero no mínimo estranha quando eu sei que nem todos os compartes são contra a realização das sondagens em terreno dos baldios;

Refiro também que o mineral que a Minerália se dispõe a explorar é o tungsténio, vulgarmente conhecido por volfrâmio, e quanto a terras raras, é completamente falso pois na Borralha nem sequer existem essas terras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Aproveito para informar a Assembleia Municipal que a Minerália irá fazer entrega do EIA(Estudo de Impacto Ambiental) à APA até finais de Abril de 2024, documento esse que irá provar de forma clara e inequívoca a construção da mina da Borralha em subterrâneo(túnel), documento esse que posteriormente irá ser enviado aos vários organismos nomeadamente à autarquia e Junta de Freguesia.

Posteriormente, a APA tem 120 dias úteis para se pronunciar, prazo de resposta que se irá prolongar até ao início de 2025, tendo em conta que a cada pergunta da APA, param os prazos;

A ser dada uma DIA favorável, como é expectável, normalmente condicionada, estamos a falar de mina para finais de 2025;

Agradeço as palavras do Deputado Sr. Mário Mendes, um homem honrado e muito realista que falou com assertividade e verdade no tocante a tudo aquilo que envolve a Borralha e a respetiva mina;

Quanto ao facto de algumas pessoas afirmarem que toda a gente era contra a mina porque esta não traria emprego, não é minimamente verdade, pois a mina da Borralha irá efetivamente criar emprego substancial, trazendo mais valias à Aldeia, à Freguesia e ao Concelho, veja-se os casos de Neves Corvo com a Somincor e Aljustrel com a Almina;

Termino, afirmando que por tudo aquilo que tenho visto e falado com as populações em geral, a sua esmagadora maioria é a favor da mina e até já fui abordado por algumas famílias a pedirem emprego e pedindo o início dos trabalhos. Assinado, António Azeredo Osório”

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e o período de intervenção do público pelo deus por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas